

R. em 29-7brº 1873

48

Porto Alegre em 30 de Agosto de 1873

Ilmo e Ex.^{ma} Conselheiro
João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Tenho a honra de remetter a V. Ex.^{ta} um
maço de relathos de jornaes desta Capital, contendo
os artigos de maior interesse que tem sido publicados
na ultima quinzena.

Aqui incluo as encartadas de 29 de Agosto V. Ex.^{ta} duas
correspondencias impressas e em data de hoje. Uma
dellas apparece no "Rio Grandense" e fazendo uma
liquida appreciação da actual situação politica da
Provincia, occupa-se principalmente dos ultimos successos
que interessam ao seu desenvolvimento material e
intellectual. A segunda correspondencia e do "Constitucional"
e tracta exclusivamente de assumptos politicos,
fazendo uma recapitulação de todas as discussões
que me tem dirigido desde o dia 8 de julho br. e que
sempre me oppozi a minha administração.

Toda a facta articulada pela folha opposicionista
tem sido discutida e refutada pelo "Rio Grandense", sum-
mario para sua contestação.

O "Rio Grandense" foi comprado por comovadores
do 1º e 2º districto, que entre si distribuirão a edição do
jornal. O Excmo da Provincia, e semita a sua ordem de
Domingos Francisco de Souza, que como Director da Off.
Publica, não dispõe de fundos, não dá nem potia dar
a menor quantia. O contracto para a publicação do expediente
da com. contra por tanto ao contractador, e e oblige a



a publicação e Relatorio annual, do lei, o acto do
Exercicio, todo um volume, e expediente regular.
A impressão da mappa, e balanceo esta comprehendendo
naquella quantia. Esta pois chega apenas para
cobrir o despesa.

O pagamento do escriptamento dos debates da
Assemblea, foi estimado de conformidade com o
preco da Mappa da mesma Assembleia, do Procurador
Fiscal, e do Director da Thesouraria Provincial.

Os memoriaes do Cometho Director de Instrucção
Publica tinham sido recolhidos pelo Director Político
e em parte completamente dominados. Insuper é
evidente que soffreu comparação com aquelles que
se viu.

A respeito de Dr. Almeida escreve ao Sr. Ministro
do Fomento e paez que se anodo satisfactorio.

Insuper ao Secretario do Arquivo, Pedro Cesar de
Almeida, e paez a proposta do Sr. Captao Almeida,
Ancora, amigo intimo e admirador do Sr. Dr. P. Marcantoni,
que faz a accusação.

As nomeações proprias, ~~para~~ officios de justiça sendo
explicadas opportunamente, e o Sr. Ministro de Justiça
podem por si verificar que procedi como o devia
exigir.

A questão do Sr. Manuel Espinosa Pereira da
Cunha foi por mim submettida ao Sr. Ministro da
Guerra.

A concessão de gratificação a Campesinos de Minas
estava authorizada pela lei de dispensa, e depois
as informações que colhi, a proposta pôde colhe lucros,
e resistir a integridade da industria desta Provincia.

REVISTA POLITICA.

A verdade. — Ora pelo amor de Deus!

O partido liberal, vendo a dissortia lavrar-se, suas fileiras e pressentindo o prompto desmoronamento desse artefacto edificado sobre areia movediça e mal cimentado por conveniências de momento, apaga-se agora com uma especie de « furor insanis » aos serviços feitos á provincia, que á força quer emprestar á deputação liberal.

O cavallo de batalha é a estrada de ferro da Uruguayana, cuja concessão, na opinião da « Reforma », levemos exclusivamente áquella deputação.

Não se satisfazendo co'a as declamações do correspondente na corte e com as próprias que tem « ex abundancia cordis » debutado sobre esse assumpto, agarra-se agora, qual ostra ao rochelo, á algumas palavras do Sr. presidente do conselho, as quaes colloca á laia de proclamação permanente na primeira columna de sua folha.

No seguinte numero dar-nos-hemos ao trabalho de explicar o que a « Reforma » entende por « verdade », deixando patente o real alcance das palavras do illustre presidente do conselho, á sombra do qual se acolhem os nossos liberais com o fim manifesto de illudirem a publica opinião, chamando a si a autoria exclusiva de tão importante melhoramento.

« Onze de Junho » — Sério cavaço deu o « Constitucional » com as poucas palavras que sobre a reorganisação do partido conservador na provincia disse o « Onze de Junho » de Jaguarão.

Provocação essas poucas palavras um longo editorial da « imprensa » opposicionista.

Felicitemos o nosso distincto collega jaguareense.

E' certo que suas linhas tocam no alvo; senão não se metteria o « Constitucional » em tamanha despeza de protestos e explicações.

Nada temos a contestar á apreciação do « Constitucional », limitando-nos a declarar, que é absolutamente falso, que o « Onze de Junho » não represente idea politica alguma.

Retirado das lutas pessoais da politica de campanario, e aquella folha não obstante um distincto e incançavel arauto da politica conservadora, como bem prova a importante discussão ha pouco por ella travada, sobre a retirada do Sr. Dr. Avila da politica militante.

STITUCIONAL

ÓRGÃO CONSERVADOR

SABADO
23 DE AGOSTO DE 1873

PARA O INTERIOR

ANNO 15900
Sola mesca. 89900

TIPOGRAPHIA

RUA DOS ANDEADAS

seia em

de uma

liberdade

ameaça

humano

político

n a sen-

o ti ho-

reiros de

floridos

junção

rimave-

tem ju-

razões

a cria

« 11 Prover a identidade de cada pessoa, « 12 Pagara contrahente da matrícula da faculdade, depois de estar considerada habilitado para inscrever-se. Pagara a matrícula de um ou mais annos de curso, conforme a inscriptão; e ainda que se require exame de uma materia de seu curso pagara toda a contrahente da materia desse curso.

« Art. 13 O proponente prova a identidade de sua pessoa, sendo esta attestada por certidão por um dos leites da faculdade ou por qualquer pessoa conhecida e bem reputada no lugar, ou que a faculdade reconhecer.

« § unico. Reconhecendo-se a identidade do affectado de identidade, e provando-se que a pessoa que se apresenta a faculdade livre e não a mesma que se apresentou anteriormente a faculdade, o proponente não pagara mais a matrícula, como a pessoa que se apresentou a faculdade, e a sua identidade, inscriptura no art. 21 do código criminal. O proponente a faculdade provera a matrícula dos delictos.

« O proponente, não paga nome outro indício de ser, prestado, exame ou estudo, inscriptura para prestado, perderá este estudo se examinar livres que se trate qualquer faculdade houver inscriptura a faculdade.

de identidade dos alumnos nos exames na collação de graus académicos.

« § 1.º Se desse inquérito resultar certa ou forte presumpção de pratica de tais crimes o governo nomeará segunda comissão de inquérito, que será composta de tres conselheiros de estado.

« § 2.º Se a segunda comissão reconhecer a existência desses crimes, o governo dever immediatamente cessar a sua inscriptura a faculdade de « faculdade livre », e a qualificação de « com ella todos os delictos que lhe foram inherentes.

« Art. 21 A « faculdade livre », cujo título houver sido annullado na conformidade do artigo anterior, não poderá receber mais qualificação depois de 10 annos, e durante esse tempo tiver continuado a funcionar sem interrupção de curso, e a regularidade de sua inscriptura livre.

« Art. 22 Fica revogada a disposição em contrario.

« Pelo da camera dos deputados, em 16 de Junho de 1873.—Dr. Antonio Gama da Costa Lacerda.

O presidente da provincia e seu órgão de defesa

Não podemos furtar-nos a continuação da análise que hemos iniciamos sobre o character e vida politica do actual redactor em chefe do *Rio-Grande*, digamos de defesa da actual presidente desta provincia.

Motivada nossa análise as certas publicações heitas pela *Reforma* e que foram dirigidas por aquelle redactor ao Sr. Dr. Gaspar da Silveira Martins, quando elle ainda militava nas phalanges liberas.

Não nos tem, incumbido de nos de similidões tactics, pudentes, pôr em relevo a biographia do Sr. Dr. Gaspar da Silveira Martins, como se tem feito para de fustigar a da opposição que lhe move o Constitucional, representado pelo grupo governista, grupo de amigos e defensores do gabinete de 7 de Março.

Pôra nos tanta por demais expostos, depois que de sobre a condicão tanto a vida publica, como a vida particular do redactor em chefe do *Rio-Grande*, e a sua vida politica.

Não se tem de tão ágilmente fazer chegar ao conhecimento do governo imperial a qualidade de individuo que existia o Sr. Dr. Carvalho de Moraes para defendê-lo com sua acasta administrativa, tendo o Sr. Dr. Moraes

« Carlos vao Koseritz, quando redactor do *Diário Zeitung*, em sua lingua gasta virulenta, em o que heitem manifestando ao publico as suas cardindades ao Dr. Gaspar da Silveira, e a sua opposição a faculdade liberas.

Não havia mais, não havia edições que esse paladino de todas as armas não empregasse contra as idéas conservadoras.

Não admittamos do Sr. Dr. Hansen de Mello torção de elle em extremo defensor desse presidente, e não houve incoerência que elle lhe não fizesse com o thesouro da honra no alar da prostituição.

Em 1868, quando ainda administrava a provincia, o mesmo Sr. Hansen de Mello, publicou-se por influencia sua nesta capital um jornal illustrado intitulado *Intelligencia do Sul*, em que o mesmo homem como seu principal redactor e correspondente e se biographar, além de outras por osagens, toda a deputação liberal, daquelle epocha.

Entre todos, o mais incoherente por sua prostituição pensa foi o Sr. Dr. Gaspar da Silveira Martins, a quem elle hoje qualifica de coadjuvante, prebendado, arrogante, leviatão, etc., etc.

Comparar na leitura o que elle diz hoje do Sr. Dr. Silveira Martins com o que dizia em 1869 e 1870.

Naquelle epocha diz o Sr. Dr. Koseritz que o Sr. Dr. Silveira Martins, na cidade representando liberas, e a primeira lista puros, e a alma da opposição representando, o verdadeiro tribuno, o unico habermi, pela energia com que tão admiravelmente o detra a natureza, capaz de ler, a frente a causa da radicalismo, conservando em suas mãos o bastão da miséria suprema, que seria demagoga e miséria em outra qualquer.

Essas e outras queixas ou ainda maiores confirmam elle na biographia que fez do mesmo doutor, a qual poderá verificar quem ainda tiver a collação desse jornal.

Naquelle epocha era para elle o Sr. Dr. Silveira Martins o primeiro libem do Brasil, o *Martins de res e de res*.

Hoje o que diz elle de aquelle a quem elle aliora se gremos do co?

Que é um homem, um prebendado, um arrogante e leviatão, que no o ao partido libem, e a de quelle doctar, bem como muitas tambem superiores pelas qualidades, e a de esse anno e

Que o illustrado Sr. conselheiro José de Alencar encorajou-se de reduzir a expressão mais simples a fideiussio do mesmo d'outor.

Em 16 de Junho de 1867 o partido conservador não se pôde.

Os liberas não tinham então imprensa propria e poderosa obter a imprensa do *Jornal do Commercio* para aggregrar virulentamente a nova situação.

Qual o mais defegado tempo das idéas liberas?

Qual o que mais paguete, o que mais desmoralizadamente compromettia as phalanges conservadoras?

O redactor em chefe do *Rio-Grande*, que qual firo de establishment politico a acação do gabinete de 16 de Junho de 1868.

As mais virulentas acrimações foram dirigidas não só então ao mesmo gabinete, mas contra o partido conservador, pelo actual conselheiro de lutas politica do Sr. Dr. Carvalho de Moraes.

Uma luta encarnizada, luta sem trégua, era movida pelo *Jornal do Commercio*, então a metró dos liberas, de cuja luta era a alma, era a idéa o actual redactor do *Rio-Grande*.

Finalmente a dependência, a deslignação entre os liberas e o *Commercio*, do *Jornal do Commercio*, de que resultou comprarem os liberas uma imprensa propria para paguete pela causa de seu partido.

Para elle transportou-se o Sr. de Koseritz, que continuou como sempre prestado com o *Rio-Grande* em prol das idéas liberas.

Selecção depois a guerra entre a França e a Prussia.

Manifestando-se claramente a *Reforma* pela causa da primeira potencia, e hostilizado a segunda, de que era a que o o antigo companheiro de lutas abalou a terra, o firo de sempre acentuando a lutas, longe de se acalmar.

A collis e a alma do *Jornal do Commercio*, o nosso luto passou a acreditar nas opiniões do *Rio-Grande* em prol da neutralidade, de sua legitima patria.

« Interdizendo a lita entre a *Reforma* e o *Jornal do Commercio*, o nosso luto foi manifestando a hostilidade suas antigas idéas, suas antigas opiniões.

Declarando-se conservador, acompanhando as perspectivas que se deram nesse partido, de que resultou tornarse dissidente por ver o *Jornal do Commercio* adrogado desse grupo.

Hostilizado acrimosamente o actual gabinete de 7 de Março, bem como a administração do Sr. conselheiro Figueroa de Mello, delegado desse gabinete.

Pressa a regularidade desse luto administrativo, em virtude do luto que contrahira com a faculdade nacional quando no exercicio do cargo de agente interprete da colonização, em cujo cargo nos dias de maior mal, sobrevendo reservadamente para a Europa contra as instituições e costumes do Brasil, arredando assim a colonização para o Brasil, e a lito por effecção do Sr. Dr. de Mello e seus companheiros dissidentes, pauci a escrever no *Rio-Grande* na sua vida de aggregração contra aquelle administrador e contra o actual gabinete.

Pouco tempo durou essa ultima empresa, porque, como se sabe, não lhe chegou a matada ao mar, logo é, a miséria do rendimento do *Rio-Grande* nos últimos tempos não chegava para manter a a vida, para fater-lhe a guisa de servadora.

E note situação que o proprietario do *Rio-Grande* debara retirar-se das lutas partidarias, e volver aos arraisas da neutralidade.

Logo após é comprada a typographia, pela mancha por que o sabe o publico, e encartado para defender o desmoralizado, o desprestigiado grupo dissidente, representado na pessoa do actual presidente da provincia, o esdraxado campo para semelhante defesa, para sustentação de tão digna causa.

O luto a soldo de todos os governos, de todas as eras, adiante era bandido para defender um administrador que se tem tido celebre pela lita administrativa, e pela dedicação que sabe debater no senado da politica.

As vezes a soldo de todos os governos, de todas as eras, ao funcionamento inso como administrador, e perdido e dedicação como politico, acompanhando mais lita a lita do grupo dissidente, digno tambem por sua vida de honrar com sua parca.

« O luto a soldo de todos os governos, de todas as eras, ao funcionamento inso como administrador, e perdido e dedicação como politico, acompanhando mais lita a lita do grupo dissidente, digno tambem por sua vida de honrar com sua parca.

REVISTA POLITICA.

Segurança publica — A nova

organização que o governo da provincia tem de dar ao corpo policial, não augmenta a força desse corpo, nem contribuirá para facilitar o engajamento.

O maior mal é a insuficiência numerica de praças de policia, porque, ainda mesmo com o quadro completo, não terá o governo mais de 700 homens para policia a provincia inteira.

A organização do corpo sobre as novas bases depende da estudo e o governo provincial não pôde fazê-la precipitadamente.

O Sr. presidente da provincia occupa-se com este importante assumpto com todo o zelo que só empregar na gestão de todos os deveres inherentes ao seu cargo.

Por outro lado esforça-se a administração por todos os meios ao seu alcance para melhorar o estado da segurança publica.

Não só se de chama a serviço policial um consideravel numero de guardas nacionaes, mas tambem ha sido activado o engajamento de voluntarios. Para o completo de 700 praças faltão apenas trinta e tantas.

Ora, a distribuição feita pela nova lei, pouco altera a distribuição actual e não cremos que consiga lugares em que actualmente não haja destacamento.

Por outro lado já pediu o governo provincial as informações necessarias, para preencher as vagas existentes nos cargos de policia, dando assim prova evidente do empenho com que cuida de melhorar o estado da segurança publica.

Que este não é bom, somos os primeiros a confessar-o, mas o remedio a esse mal não é tão facil como parece á primeira vista, pois que a força policial ainda mesmo completa é insufficiente, ao passo que as finanças da provincia tambem não admittão augmento della.

Nominação. — O Sr. Berudes e Primavera é brasileiro: S. S. é especialista em mineração, havendo sido formado na academia mineralogica de Freiberg.

A provincia nada tem que ver com a comissão que foi confiada ao Sr. Berudes em virtude das disposições do decreto geral n. 3715 de 6 de Outubro de 1886, accrescendo que o respectivo engenheiro vai desempenhar a comissão sem vencimentos.

A REFORMA.

PORTO ALEGRE 24 DE AGOSTO DE 1873.

CHRONICA.

Caminho Novo. — Sobre a grave questão dos terrenos beira rio, que o poder executivo quer presentear á particulares, mas que a camara municipal, ha de por certo embargar-lhe o aviso, assim pronuncia-se o *Jornal do Commercio*, desta capital:

• Que os terrenos do Caminho Novo, reconhecidos agora por um aviso do ministerio da fazenda, como de propriedade particular, são de logradouro publico, é questão incontroversa.

Em falta das provas que aliás superabundam, bastaria, para tornar evidente esta nossa asserção, a solicitude e o ilho com que os pretensos proprietarios desses terrenos fugiram sempre aos tribunaes judiciais, unicos competentes para resolver a questão, e foram suggesta a uma decisão administrativa, muito mais facil de conseguir-se, em um paiz, aonde, como no nosso, o patronato levanta o collo fatal e audacioso.

O Caminho Novo, hoje rua dos Voluntarios da Patria, foi aberto sobre um pequeno caminho, que existia entre cercas da chacara do liado Antonio Pereira do Couto e o rio Guahyba.

Em tempo de cheias beiravam as aguas, e chegavam mesmo a transpor aquellas cercas.

Só depois do anno de 1809, e muito particularmente quando governava esta capitania D. Diogo de Souza, é que começou-se a aterrar a rua do Caminho Novo.

O que vemos hoje em toda a linha septentrional desta immensa rua, onde tem ido o trabalho disputando ao rio, com enormes sacrificios, cada palmo de terra solidada, deu-se com os terrenos, que passarão hoje ao dominio dos herdeiros de Antonio Pereira do Couto, se a camara municipal desta cidade for assaz condescendente, para deixar assim esbulhar o municipio, cujos interesses administrativos mais importantes de seus logradouros.

Ainda em 1825, indo a camara em victoria aquella localidade, reconheceu, que o Caminho Novo, em toda a sua extensão, não tinha lugares para se erigirem edificios pelo facto de se achar o rio beirando a rua, e em parte ter por ella entrado.

Desta epocha em diante, o estabelecimento de alguns estaleiros, as areias levadas pelas continuadas enxurradas, ciscos e entulhos, por ter sido o local designado officalmente para despejos e aterros successivos dos cofres municipaes e provinciaes, formaram o terreno sobre o qual atirou-se com avidéz a cobiça dos particulares, e que um aviso immoral,

por isso que é contrario á lei, para favorecer interesses privados, acaba de arrancar ao dominio publico.

Já estava a camara no gozo desses terrenos, como logradouro publico, quando foram elles em virtude do § 14 do artigo 34 da lei de 15 de Novembro de 1831, no dia 17 de Fevereiro de 1835, medidos, demarcados e entregues á mesma camara, sem a minima opposição dos pretensos proprietarios.

Desde então ficou o municipio com um titulo mais completo á posse e gozo desses terrenos, que não existiam, como já provamos, na epocha em que foi feita a Antonio Pereira do Couto a respectiva concessão, e não podiam portanto ser objecto de propriedade, salvo se pretenderem que as aguas do Guahyba foram tambem doadas áquelle individuo, máo grado a expressa disposição do Tit. 26 § 8 do livro 2º das ordenações.

Vê-se pois que a cidade de Porto Alegre, além de uma posse de mais de cincoenta annos, goza por titulo legitimo desses terrenos, pois nem por occasião da victoria que mandou a camara proceder em 1825, nem quando se aforaram a particulares os terrenos, que se estendem desde a rua do Rosario até a de Bragança, nem finalmente quando foram os do litigio requeridos pelos moradores fronteirios, oppuzeram os pretensos proprietarios, ou seus antecessores, reclamação alguma.

Deixando de parte, porém, todas estas considerações, e admittindo ainda a procedencia da reclamação dos pretensos proprietarios aos terrenos accrescidos á margem do rio, ainda assim ella lhes não aproveita, porque neste caso o accrescimento deve ser regulado pelas disposições do direito civil sobre a accessão.

Ora dando-se esta sobre o caminho publico que se abriu, e não sobre os terrenos do Couto, pertence o terreno accrescido ao publico, de quem é a rua, e que fez o accrescimento.

A's razões ponderosas que acabamos de apresentar, e que tornam ponto incontrovertido o direito da camara aos terrenos do Caminho Novo, teriam sem duvida os pretensos proprietarios de oppor outras, ou sentido de fazer valer os titulos que invocam em auxilio de sua propriedade.

Os tribunaes judiciais compulsa a decidir a questão.

Assim o determina o artigo 19 do decreto n. 4.103 de 22 de Fevereiro de 1868.

Mas os pretensos proprietarios, que acabavam de ver os tribunaes decidirem, em favor da municipalidade, identica questão, á que teriam de encetar, antes de entrarem na posse daquelles terrenos de logradouro publico: e não confiando na justiça de sua causa, recorreram ao governo, quasi sempre prompto a ceder ao assedio dos empenhos.

De facto o Sr. José Joaquim dos Santos Ferreira com tão bons, ou ainda melhores direitos, ás marinhas correspondentes aos

fundos da antiga chacara de Rafael Pinto Bandeira, teve, por decisão dos tribunaes judiciais, de demolir um harracão, que construiu á margem do rio, e abrir mão desses terrenos.

No proximo numero occupar-nos-hemos ainda dessa questão, encarando-a sobre outros pontos de vista, que não o de propriedade, que fez o objecto do presente artigo.

Não se trata de uma conciliação de

indus, como esses insultos continuados, não se conta não só esses odios pro- obel-a entre lobos e cordeiros, donde mais segurança e feliz exito se pode ter impossível essa reconciliação, com ciprosos produzidos com furor, não com os odios inveterados e insultos re- Se as liberas puros e progressistas, desse partido.

partidario, sectorio intexível das ideias nem proprios elementos e um habil cil de realizar-se, caso se proprio- do não é impossível, como é a mais fa- A uniao do partido conservador não Ainda repetimos: o partido conservador, sua incorre em caminhar a do bello gura realmente artistica, e a do bello Ha comido na exposição uma, e- gas maderazas loucas, cabellos se parecem com as tuas lon- fola, designando-te, nem ao menos os Teo formosa que era e fizera-te ora nem podio ser aquelles; supplicio, ten o olhar, tens gestos não Guenada de Lamballe, no dia do teu esporto vias ainda a cabeça enqua- tlinhos, e pressa no equino do des- com a alma lançada o choro de seus clergie, tu, pobre martyr, ouvas Quando da cella silenciosa de Con- si uma imagem imperfeita, e a sua dignidade e a sua dignidade, a sua digni- Quem conhece a sua historia, a sua nunca foi Maria Antonietta.

Não é severidade, aquella figura e a esposa de Luiz XVI... Dizem que aquella mulher de preto Ah! mas livrou-se de ser formosa! Estava o redactor do Rio-Grandense Silveira Martins. » mais simples a fôrta validade do Sr. Dr. e O Sr. conselheiro José de Alencar seguinte: «... Além de outras queixas, disse o deutor, Grandense com referencia ao mesmo o que tem dito ultimamente o Rio- Contra isso protesta solemnemente amigo, como admirador do seu talento; negava que não se não tivesse sido seu Dr. Silveira Martins, de quem nunca le huido quanto ao caracter do Sr. senhoria estava engrunha, completamente no mundo humano, e nesse ponto era

Terrenos do Caminho Novo.

— Já não falta a situação da ilha de d. alheiro do escrivão da palácio e que diariamente lhe fornece a presidência para a sua defesa.

Lembreto do que lhe rendeu a questão—Mauá-Silveira Martins—e a do banco da provincia, explorando agora a dos terrenos do Caminho Novo, a ver se lhe cahem na conta mais algumas vantagens, que mantem a provincia o desenvolvimento e a independencia que o goito sempre na sustentação de qualquer idea, na publicação de qualquer scripto.

Por isso, e sob o impulso de um tão forte moral, tem a herdade tomado como alvo, contra que se erguem as suas tão consideráveis de D. Quixote, os terrenos do Caminho Novo, procurando abrir polémica com a Reforma sobre uma questão que já não pôde admitir polémica sem duvida.

Lepos habemus.

Já por mais de uma vez, como faz agora a Reforma, nos temos pronunciado sobre esta questão, emitindo a opinião de nos parecer ser a fides judicial a mais conveniente e legal para não debater o direito de qualquer das partes que em tendem naquello; hoje, porém, não se trata mais disso; o governo imperial, ouvido o parecer da respectiva seccção do conselho de estado, julgou-se competente para decidir a administração, e expedio o aviso de 25 de Janeiro do anno pasado, em que em cõflicto o direito dos herdeiros que reclamam a propriedade de que se achão estabelecidos pela camara municipal, e ordena ao seu delegado na provincia que faça a camara respeitar o direito daquelles herdeiros, e abrir aucto dos terrenos que lhe não pertencem.

A camara, perturbada em considerar aquelles terrenos de legados de pãlmo, pediu ao governo a espera até que por meio de uma representação e com documentos que tinha em seus archivos praxares, perante o mesmo o seu direito e o nenhum fundamento dos herdeiros reclamantes.

O governo a attende e ordenou ao seu delegado na provincia que esperasse pela representação.

Essa representação, acompanhada dos seus documentos, foi enviada; e é depois de apreciação devidamente, compulsada todos os documentos, que o governo, ao fim de seis meses, ordena ao seu delegado na provincia, o Sr. Dr. Carvalho de Moraes, que compareça a camara municipal e dar excopto aquelle seu aviso de 25 de Janeiro de 1872.

Como, pois, se quer ainda adiar a questão, sob o pretexto de que se fies romanos o competente para nelle se ventillado e decidido o direito das partes que contendem?

Fuere prescriptio esse dictis, só pelo facto de cumprir, como deve, a camara com as ordens do governo imperial?

Se não fies, porque se ha de acorcor a camara a resistencia a uma ordem legal?

As presidente da provincia, Sr. Carvalho de Moraes, que se apresenta um perfeito homem de bem e como tal incapaz de uma trapaça a situação que lhe delegou os seus poderes, é que cõmpete fazer respeitar as ordens do governo.

S. Ex. achou-se hoje entre Scylla e Caribides; ou cumpre ao ordeno do governo e compete a camara a obediencia, e allinea os amores da Reforma; ou, para afogar estes amores, desobedece o governo, trahindo os seus deveres.

Em que fies, Sr. Carvalho de Moraes: obedece a Deus ou ao diabo?

Aqui não pôde servir aos dois senhores, como tem procurado fazer em toda sua administração.

Sabemos que diz que ha de adiar a questão até que se retire da provincia, effim de livrar-se de elle apenas.

Indo, porém, já não é possível, em dize ou queira? E quando o fies, ser que fies a sua tão decantada legalidade?

Offhe que ainda que elle, não obedi com isso distincto para o seu escrivão.

Os herdeiros têm consciencia da seu direito; e não estão dispostos a afugtar os cordões da bolsa.

Deixa-lhe, Sr. espera por outra questão—Mauá-Silveira Martins.

Informação.—Segundo o texto do expediente de 19 do corrente, publicado na lyp. n. 111, al. 1.ª e 2.ª, a S. Ex. presidente da provincia ordena ao Sr. chefe de policia que informe sobre a veracidade de diversas asserções, relativamente ao estado de muitos dos presos pobres da cadeia da capital.

S. Ex. procedeu instantaneamente bem; exigindo essas informações.

O que admira não é que se tendo pedido em data de 19 a 13 ordenasse em officio a directoria d.º fazendo providencia chamar com urgencia concorrentes a manufactura de roupa para os referidos presos, quando esta estava sendo manufacturada pelas sayladas de Santa Leopoldina.

O que pótemos dizer é que se fomos informados que o Sr. Dr. chefe de policia reclama por vezes remuneração para os presos, sem que fosse attendido em suas reclamações.

Negara que seja tão verdade o Sr. Dr. Sampaio?

—Não acreditamos que o fies.

estava no Rio de Janeiro, sendo victima de uma doença acutissima, dada cõmente por profusão de princípios liberais e com sim ter pluriplado, uma eleição.

Se eu estiver prevenido para a discussão, se ella me não apanhava de surpresa, eu traria ao nobre deputado as cartas que ainda tenho em meu poder, do chefe do partido liberal, o distincto Sr. Theophilo Otttoni, para mostrar ao nobre deputado que aquelle que sempre foi considerado como o tipo de homem liberal, era aquelle mesmo que sempre se considerava seu conselheiro e que estava e estava pluriplado a eleição contra o partido conservador.

Ainda me recordo de que quando em 1863 o Sr. Dr. Felix da Cunha redigia o «Mercantil» nesta cidade, notando-se que não todos os seus companheiros erão liberais, elle, fazendo uma revista de todos os seus companheiros para mostrar que erão liberais, quando chegou ao meu nome, limitou-se a dizer:—Querido também devedor de que o Sr. Bittencourt seja liberal?

O Sr. Bittencourt—E exacto.

O que o nobre deputado queria foi extrahir, ainda indignado por supor que houvesse alguns que me julgasse pertencendo ao partido conservador, não porque considero o partido conservador como um partido incapaz de prestar grandes serviços ao país, como já o tem fido; mas indignado por suporem que eu fies capaz de mostrar de opiniões e interpellar a um amigo com quem, por isso, me qual a razão por que supunha que eu podia tornar-me conservador; não respondo-me que não tinha dito que eu fies conservador, mas que julgava unicamente uma acção entre os membros do partido liberal nesta assembleia, supunha que os poderes com alguns membros do partido conservador da corte, uma assitaria do partido liberal para dirigir o partido conservador na provincia. Eu lhe declaro que não era capaz de semelhante procedimento e que os meus presidentes se oppoem a essa suposição e o nobre deputado que se achava presente, affirmou que não havia razão para isso e que sobre tais coisas convicções algumas podia pôr duvida, porque erão conhecidas.

Guardamos para amanhã a continuação do extracto, que sem duvida provocara ao «Constitucional» uma justificação em termos.

REVISTA POLITICA.

Por causa das duvidas.—Para

que os leitores possam avaliar em seu justo valor o «extremismo» politico que se erga do Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt inspiro o seu artigo—justificação um termo—reproduzimos aqui, não certos particularmente, mas trechos de discursos de Sr. proferidos na assembleia provincial.

O Sr. Bittencourt não admitta que o homem politico possa errar; S. Ex. não comprehende, que se possa mudar de partido; S. Ex. tem em conta de cynico e despreciable o homem que não fies e a «sacralidade» dos seus princípios val ao posto de não attender a razões justificativas de qualquer ordem.

E por applicar o publico a mesma autoridade ao julgamento dos actos politicos de S. Ex.

Essa e que o Sr. Dr. Bittencourt dizia na assembleia provincial em 26 de Dezembro de 1866:

«... Sr. presidente, para mostrar ao nobre deputado de qui não ha de ser elle que me ha de dar a palavra de liberal em taes casos, eu lhe digo que antes mesmo de se poder comprehender bem qual a significação da palavra—liberal—eu já militava nas fileiras do partido liberal historico; ainda o nobre deputado cavarra os istados preparatorios, não cuidando ao não nos brinquemos da infancia se lá

NOTICIARIO

Reação. — A *Reforma* deu nos uma agradável noticia.

Nossa collaboradora, que exerceu cargo de policia, não sendo mais destituida e menor censura articulada pela imprensa liberal.

Os desfechos do Sr. Dr. Carvalho de Moraes, de satisfazer todas as exigencias dos adversarios da situação ou do gabinete de 7 de Março, quanto ao funcionalismo policial, encontra-se invencivel barreira por parte de Sr. Dr. chefe de policia.

A ser assim, honra ao Sr. Dr. Sampaio.

Assume o administrador da provincia, segundo lhe aconselha seus amigos da *Reforma*, a attitudão energica que as circunstancias da situação lhe aconselham.

Ordem peremptoria ao Sr. Dr. chefe de policia que propoz a demissão das autoridades policiais conservadoras, que não agredem aos escriptores liberais, e a nomeação em substituição de correligionarios destes.

Se a ordem não for cumprida, responde ao chefe de policia e ao gabinete de quem é delegado de confiança, e cujas instruções são acrupulamente observadas, e a demanda de semelhante funcionalismo, que não contraria suas vistas na administração da provincia.

Como meio de apianar difficuldades, manda o mesmo que tem a seu soldo, diffundir uma imprensa, ajuizar as baterias de uma imprensa contra o honrado Sr. Dr. chefe de policia, auxiliando assim a nutrido fogo da imprensa liberal.

O seu escriptor presta-se a tudo!

E demais, ainda recordando, ao periodo da administração do Sr. conselheiro Figueira de Mello, chegou a regra ao chefe de policia, auxiliar de semelhante administração, o mesmo que ainda se acha a frente da policia.

O mesmo que *lord Hous* chamou ao Sr. Dr. Sampaio foi de *Nada*!

O que parecia nos é que os escriptores liberais estão reduzidos a engarrafos com o Sr. Carvalho de Moraes, ou illudem-se com S. Ex. como palhaço.

O delegado do gabinete de 7 de Março resolveu recuar os factos que dispensava ao partido liberal; e se a coragem precisa para arrastar as consequências dessa revolução, procura desculpar-se com o Sr. Dr. chefe de policia.

Isso devito ter comprehendido os nossos adversarios.

A imprensa liberal, conquanto em vantagem da nossa causa, mostrando a justiça da nossa opposição, tem procedido mal nos livros que tem dispensado a administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes, impellido a nomear pelo empenho de gratidão as nomeações feitas por S. Ex. de liberação para todos os cargos publicos.

Hoje, que o Sr. Dr. Carvalho de Moraes recua, influenciado por *lord Hous*, que pretende reorganizar e salvar o partido conservador, e pelos directores da instrução e obras publicas, trate a imprensa liberal de reprimir o mal, e sumida a attitudão opposicionista que lhe é propria.

Fique ao Sr. Dr. Carvalho de Moraes a gloria dos applausos da *União de parlamentar*; escriptor que põe a seu soldo.

estimar-se das falhas, dos erros que tem commetido?

É com semelhante procedimento de seu organo de defesa que a opinião publica escutará S. Ex. das impugnações, das accusações de que é alvo?

Pois quem tem consciencia de seus actos, de bem servir a causa publica, exime-se da publicidade desses actos, da defesa, da elucidação destes?

Como qualificar-se o seu organo de defesa, que enmudece ante as maiores accusações e censuras que são proferidas ao seu patrono?

Como embelezar-se o dedalo em que se envolveu a brisa, a alvura, a dignidade do homem com o decore, a moralidade administrativa?

Comparamos a proceder da actual administração com o de outra que será sempre lembrada aos annos historicos desta provincia.

Na administração do venerando avô, o Sr. conselheiro Figueira de Mello, sustentou o Constitucionalismo uma luta tenaz, lida desigual com tres organos opposicionistas de esta capital.

Não é muito lembrar ao publico, testemunha ocular de acatamento, os factos dessa ainda recente administração.

As maiores investidas, os maiores convicções e baldos, não sem cessar arremonados, de escriptura com infundadas injurias accusações por parte dos tres citados organos, contra a pessoa do illustre benfazeiro.

O Constitucional, firme no seu posto de honra, devolve intactos aos seus respectivos donos os convicções e baldos, baptiza ao desprezo as injurias, impróprias de se abelgar no tabernaculo da imprensa, e responde com actos de acatamento que se dirigiram aos actos de administração.

Elle por sua vez consecutivamente responsabilidades, consecutivamente arrastadas as consequências dirigidas ao administrador, sendo desprezadas as injurias e baldos arremonados e tentas de um dos mais distantes curadores do país.

O Constitucional, firme na hesitação, incançavel, sem nunca abandonar o seu posto de honra, cumpria dignamente a sua missão.

O que vemos, o que presenciámos actualmente por parte do organo de defesa do Sr. Dr. Carvalho de Moraes?

Nossas accusações e censuras não são destruidas, não são contestadas, sob o falso pretexto de injurias irregulares e indecorosas.

Mas não é a que se arrastam em semelhante proceder, que visivelmente demonstra a rectidão, a moralidade que preside aos actos administrativos de S. Ex.

A julgo trans que S. Ex. passar por sua diplomacia, emmaralhando-se no labirinto da alta politica, ociosamente concedido aos Palmerston, Cavour e Bismarck de nossa época.

As Constituições, que constantemente o tem amesquinhaado, o tem reduzido a verdadeira insignificancia com que o dotou a natureza na esphera das intelligencias e illustrações do nosso país, o seu organo de defesa, que, ao principio, assumiu a leonina esperteza, hoje responde com o silencio.

O mesmo diplomata desenvolve-se acrupulamente, pelo seu organo de defesa manda declarar-nos que não responde ás accusações que dirigimos á sua administração, porque sómente lhe frangamos injurias.

As organos liberais, que constantemente o insulta e o deturpa, manda declarar que não lhe offende a lida no terreno dos convicções.

E não habilita proferidigitador, esse Sr. Dr. Carvalho de Moraes.

A não, que não injuriámos a sua imprensa, calculando, com o fim de extenuar a sua causa, pretextando que não argumentamos, mas insultamos.

Se não a situação entre o organo liberal e o de sua defesa, além de conversar ao governo da falsidade de nossas asserções, dizmo: « Ahim! se eu governasse a contento dos liberais, elles não agrediriam, como agredem o organo de minha defesa. »

Estão verdade, Sr. Dr. Carvalho de Moraes, não se alcança.

Por mais que V. Ex. trabalhe, de por onde der, a sua posição declina de dia em dia e o oraculo infallivel da moralidade administrativa já decretou a sua substituição no cargo que V. Ex. tão indignamente occupa — de presidente desta provincia.

Moralidade administrativa

É a imprensa esse tribunal universal, sendo deducidos, sendo se elucidado não só as magras questões politicas, como os altos interesses sociais.

Sem esse invento maravilhoso que Gutenberg legou á humanidade, sem essa irradiação permeia entre a luz e as trevas, a ignorancia e a escuridão, a despotismo e a liberdade, os factos da vida social, assim como os direitos individuais de cada um, ficariam á mercê da arbitrariedade e da prepotência governamental.

E, pois, ao claro desta luz inextinguivel, que devem ser discutidos, devem ser elucidados todos os actos emanados dos altos poderes do estado.

A imprensa que não muda, que não clareia a marcha de um governo qualquer, a imprensa que não revela, que não expõe os actos desse governo, delega a immediata da acção, o passiva que hute-se sómente da extrinsecas da acção, que não tem a nobre missão que lhe impõe ao estado a acção.

A imprensa que accusa, que hostiliza o poder, deve ser franca, deve ser energica e leal na opposição, na investigação dos actos desse governo, a que defende, a que sustenta esse poder, deve ser sincera, deve ser sincera e explicita na elucidação dos actos censurados, dos actos proferidos.

Uma e outra que se aflecta, que se distancia de uma coroa, incorrem no crime de lesa-publicidade.

Está patente o nosso procedimento moral e jornalístico, como opposicionistas da actual administração.

Pronunciamos em uma lida armada contra o administrador, que, além de inspecção que preside, para satisfazer as exigencias do alto cargo que lhe fica confiado, exclusivamente trahia a lealdade politica do gabinete que lhe delegara suas attribuições, nos havemos mantido ao altura do nosso dever, sem quebra, sem violação dos direitos prescriptos pelos cavalheiros nos reptos arremonados nas lidas de Gutenberg.

Proferimos acrupulamente os actos administrativos do delegado do gabinete de 7 de Março, proferindo a lealdade, que, sem rebuço, honestamente tem manifestado esse delegado no exercicio de suas altas attribuições, e havemos feito com a linguagem da decencia, e a uma ou outra expressão mais energica, mais feraz mesmo, havemos sempre — havemos dirigido a esse administrador, tem sido também lida intelligida pela exacerbação que ao nosso escripta tem produzido os actos proferidos pelo funcionario, que, estatuido poder em nome de uma lida, de um principio, caviloso e escuramente ha adaptado uma e outro em prol de doutrinas em completo antagonismo.

A nossa opposição, pautada nos rigorosos principios da rectidão e da justiça, ás maiores censuras e accusações contra os actos desse governo que se tem baseado na corrupção e immoralidade, como nos tem refutado o organo de sua defesa?

Mentido desfeadamente, pretextando injurias e doctas de nossa parte para não pôr impedito, exaustivo de recursos para combater nossas censuras, nossas accusações, tergiversando, agitando-se da lida pela moralidade de argumentos, de razões, para oppor ás nossas justas reclamações.

E é com um procedimento de semelhante ordem que um administrador, que quer campar de honra, de honra da lida de politica lida, pretende

Questão do Caminho Novo. — O *Jornal de Commercio* que publica os trabalhos da camera, noticiou, domingo, o seguinte:

« Sendo lida, em sessão de hontem, a portaria da presidencia da provincia n. 1625 de 16 do corrente, transmittindo copia do aviso do ministerio da fazenda, de 4 do corrente, que manda entregar ao Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos e seus irmãos os terrenos do Caminho Novo, deu-se de suspensa o Sr. vereador João Pinto.

Em seguida o Sr. vereador Dr. Fagundes pede a palavra, e diz que, sendo este um assumpto eminentemente grave, e da ordem daquelles de que se occupa o artigo 6.º do regulamento interno, não deve ser tratado estando a camera com o numero completo de vereadores.

A camera, á vista desta consideração, resolveu autorisar ao Sr. vereador presidente a providenciar de modo que possa fazer brevemente uma sessão, na lida do citado artigo do regulamento, para tratar exclusivamente desta grave questão. »

Ponte. — Uma ponte sobre o arroio Divisa, no municipio de Alegrete era uma necessidade publica que urge atender.

O plano e o segmento para essa obra estavam prontos.

A assembleia provincial conguisa terla para ser attendida tão urgente construção.

O Sr. presidente da provincia mandou lavrar o contrato para ser a ponte construida por empreitada; foi contratado o Sr. Manoel Patrio de Assunção, que reside no passo do Rioar e que ha de seguramente sublevar-se por dotar o municipio em que reside com um melhoramento tão vivamente reclamado.

O que desejamos é que S. Ex. o Sr. Dr. Carvalho de Moraes desenvolva toda a actividade, no sentido de serem contratadas e arrematadas as obras decretadas pela assembleia provincial e que estão indicadas na lei do orçamento.

Procedendo assim S. Ex. ha de recomendar seu nome á consideração da provincia.

Voltaremos a este assumpto com detida attenção.

Funcionalismo policial.

A experiência nos tem feito conhecer que a imprensa, para ser útil, deve ser o martelo incansável, o brado incessante, a memória nunca a esquecida.

Em nosso paiz os factos, ainda mesmo os que mais impressionam, são esquecidos com uma rapidez espantosa; bastando ás vezes o decorrer de alguns dias, para desaparecer da memoria publica os mais extraordinarios successos.

Esse mal que tão profundamente affecta a sociedade brasileira, deve ser combatido; pois os povos devem ter reflexão para meditar sobre as causas dos factos ou dos successos que devem ser evitados.

O maior obstaculo que encontra em a caminho a imprensa, que se vota sinceramente ao serviço da causa publica, é, em nosso paiz, a indifferença que oppõe a autoridade a seus reclamos.

Quando o governo emprega a estratégia dos adiamentos ou dos paliativos, fugindo por esse meio á resolução das questões que a imprensa levanta, conta seguro vencer as difficuldades em que se acha; pois sabe que, depois dos primeiros clamores, a imprensa adormecerá.

As verdades que aqui deixamos consignadas, foram recentemente interpretadas por um distincto escriptor do norte, nestes termos:

« Como si neste paiz fossem os homens desprovidos de memoria, as cousas que mais impressionam na occasião em que se referem são dous dias depois completamente esquecidas.

O olvido é sempre entre nós um recurso infallivel, e tanto mais poderoso que é sempre facilissimo de empregar.

A primeira qualidade do jornalista ha de ser, portanto, a obstinação: para combater o mal serve-lhe antes a paciência de Penelope do que a força de Hercules, a tenacidade da aulher do que a robustez do herde.

Que lista enorme seria a dos delictos que aqui permanecem e vivem e subsistem, só porque, cansado de profligar-os, acaba o jornalista por esquece-los?

Entre nós—e convém fazer bem saliente essa disposição doentia de nossa sociedade—a estratégia, sempre feliz, das que tem motivos para fugir á luz do dever, é deixar as cousas para o dia de amanhã: no dia seguinte seja o que for, estará perdoado, porque estará esquecido—ainda não houve aqui difficuldade que, adiada, não se superasse.

Nas grandes como nas pequenas cousas o poder esmagava com esta tactica infallivel todas as resistencias e todos os direitos.

O governo, no Brazil, ganha todas as victorias como Fabio—pela procrastinação.

O publico que tem visto a insistencia da Reforma em bater dia por dia na questão relativa ao funcionalismo policial da provincia, terá reconhecido que já nos convencemos de que só pela obstinação a que se refere o jornalista italiano, poderemos chamar as autoridades ao cumprimento do seu dever, em relação á este ramo da administração.

A provincia inteira está sobresaltada com as noticias que correm por todos os seus angulos, mostrando o pessimo estado a que chegou a segurança publica. Os crimes se reproduzem de uma maneira espantosa na campanha, como nas cidades.

A imprensa por toda parte clama pedindo providencias contra o mal que tão assustadoras proporções toma, com prejuizo da tranquillidade, da ordem, e do bem estar do povo.

Desgraçadamente vimos ainda ha pouco, no senado, o Sr. Figueira de Mello servir-se da estatística criminal desta provincia, para demonstrar que, se os numeros dos crimes existissem a falta de educação, de moralidade, e morigeração d'uma provincia, o Rio Grande devia ser considerado, em relação á segurança publica, em peores condições do que o Ceará.

Infelizmente cada vapor que segue para a corte, é portador das noticias de novos crimes e attentados que a imprensa registra, e que estão concorrendo para o descredito da moralidade, incontestavel progresso e civilização desta terra, por cujo futuro combatemos.

Deve reflectir o honrado Sr. Dr. Carvalho de Moraes que, os que acompanham a marcha dos negocios publicos do paiz não podem julgar bem d'uma administração, que não corta tão grande mal, empregando medidas decisivas e rigorosas.

Qual a causa do mau estado da segurança publica nesta provincia?

Vamos dizel-o sem recelar contestações.

Quando a reacção promovida, em todo o paiz, pelo 16 de Julho, quiz firmar seu poder n'esta provincia, procurou calculadamente confiar os cargos policiaes em todos os districtos e municipios, a individuos que garantissem, pelo seu caracter e precedentes, tornarem-se simples instrumentos para tudo quanto fosse preciso fazer-se em relação ao assalto ás urnas.

Verdadeiros criminosos, esbargumentos, homens sem fé publica, sem imputação moral, desordeiros, e traficantes de todas as condições, foram os escolhidos, a quem o governo confiou os cargos e a influencia policial.

As consequencias de tão indignas nomeações deviam apparecer mais cedo ou mais tarde.

Destmoralizados os cargos policiaes, servidos por individuos que deviam ser policiados; desacreditada a policia, o resultado infallivel devia ser este:

O desenvolvimento dos crimes;

A recusa dos bons cidadãos em tomarem os cargos desprestigiados e alandados por aquelles, a quem foram confiados pela immoralidade do governo.

Eis ahi a origem do actual estado da segurança publica n'esta provincia.

O que convém á administração fazer para bem do povo e gloria sua, é reagir contra o mal, reformando o funcionalismo policial, concitando os bons cidadãos, sem distincção de cores politicas, a servirem os cargos, que são pesados onus é certo para os que patrioticamente os desempenham.

É certo que a administração, para prestar á provincia este serviço, precisa do auxilio efficaz do chefe de policia; do Sr. Dr. Sampaio em quem reconhecemos, apesar da boa vontade que lhe temos, grande responsabilidade pelo pessimo funcionalismo policial que temos.

Responsavel como é pelos males que ahi estão potentes, o Sr. Dr. chefe de policia levanta embarços á administração quando devia auxiliar-a no seu patriótico empenho!

Teme S. Ex. a guerra dos cordeiros, servindo uma causa sobre e justa, esquecido de que já a affrontou em uma campanha eleitoral....

Reflecta o digno administrador da provincia que a responsabilidade real é só sua; ou proceda S. Ex. esperando a iniciativa do Sr. chefe de policia, procedendo de accordo com elle, incorrendo pelo que houver na censura publica, ou assumendo attitudem energica tomando providencias que possam tranquillizar a provincia.

O esclarecido criterio de S. Ex. deve mostrar-lhe—os cordeiros alirando armas ferinas contra a sua administração pelo estado a que chegou a segurança publica, que o Sr. Dr. Sampaio, que elles apoiam, não quer servir como continha que o fizesse.

Se insistimos pela reforma do funcionalismo policial, é porque julgamos profundamente verdadeiras as palavras de um publicista ingles que acaba de escrever bellissimas e eloquentes paginas sobre a admiravel organização da policia suissa.

Percorrei, diz elle, todas as cidades da Suissa e não encontrareis um soldado desfazendo ou provocando desordens; e no entretanto em parte alguma é mais cuidada a segurança publica, vigiada e garantida por cidadãos que se julgam ennobrecidos pelos cargos policiaes.

Em um momento de conflicto, vereis ás vezes a autoridade só com a sua presença, com o seu prestigio, com respeito e consideração que goza entre os cidadãos, dispensar o auxilio da força publica, estabelecendo o socorro e a tranquillidade.

Em toda a parte tem-se verificado que a maior e mais segura garantia da segurança dos cidadãos e tranquillidade da sociedade, é um bom funcionalismo policial.

Um exercito de officiaes e soldados ainda que sejam excellentes, dirigidos por autoridades criminosas, inhábiles, desdidosas, e que não tenham interesse pelo bem estar da sociedade, só servirá para agravar, sem proveito, os cofres publicos.

Na nossa opinião, pois, a allegação que se faz, para explicar o mau estado da segurança publica, da insufficiencia da força, não deve ser aceita pela opinião.

A verdadeira causa do mal é o pessimo funcionalismo policial que organisação nesta provincia uma administração reaccionaria, seguida infelizmente por outras que sempre mostraram-se partidarias na escolha de autoridades policiaes.

Sr. presidente, Sr. chefe de policia, o dever que os incipre: mãos á obra.

Um correspondente.— Nas columnas do Constitucional apparecem, hontem, um correspondente de S. Borja, qualificando de injusta e clamor publico, a desanexação de Carovy e S. Luiz, do termo de S. Borja, para formarem municipio com Santo Angelo.

Essas accoções á assembléa provincial são inteiramente injustas, e nem são originas do novo correspondente; porque com a mesma injustiça os conservadores da Cruz Alta se queixam amargamente por causa da desanexação de Santo Angelo para formar municipio com S. Luiz e Carovy.

Ora, Santo Angelo afastado da Cruz Alta 16 leguas, S. Luiz afastado 20 e tantas de S. Borja, mais vantagens encontram em sua vida propria, em empregar seus recursos na satisfação de suas necessidades especiaes.

Tanto os conservadores da Cruz Alta, como o correspondente de S. Borja, não tem motivos para justificar suas injustas censuras.

O tempo ha de mostrar, qual acerto foi o acto legislativo dos representantes da provincia.

É principio economico de rigorosa verdade o—cada um em sua casa; cada um para si.

Haveria tanta injustiça em conservar S. Luiz e Carovy, alimentando o funcionalismo municipal de S. Borja, sem receber a melhor retribuição; quanto em conservar Santo Angelo, alimentando o esbanjamento da camara municipal da Cruz Alta.

O novo municipio é prospero, e se desenvolverá sem exigir sacrificios de outra localidade.

Esta é a verdade, patente e clara á todo o espirito imparcial e observador.

PORTO ALEGRE 29 DE AGOSTO DE 1873.

Funcionalismo policial.

Fallou, hontem, pela imprensa, o governo da provincia sobre o funcionalismo policial.

O nosso artigo, acerca desta importante materia, foi contestado em alguns pontos, que obrigaram a administração a fazer estas positivas declarações, que nos apresamos em registrar, para produzirem em tempo seus devidos effeitos:

« Os factos, pois, Lio hem como as affirmativas da propria imprensa liberal, protestam contra a insinuação, que considerações partidarias impedem o Sr. chefe de policia de reorganizar o funcionalismo policial.

« O Sr. Dr. Sampaio não tem creado embaraços á administração; S. S. tem sido um bom auxiliar da presidencia, que procede do perfeito accordo com o chefe de policia.

Se não tem melhorado o estado de segurança individual, e se não se tem feito mais rapidamente o preenchimento das vagas, não é por falta de iniciativa do Sr. Dr. chefe de policia, nem por embaraços que elle tenha suscitado á administração — é, sim, pelas razões acima expostas e que são peculiares ao estado em que se acha a provincia. »

Assim, pois, de hoje em diante, á vista do perfeito accordo que ha entre a presidencia e o Sr. Dr. chefe de policia, em relação á administração desse importante ramo do serviço publico, a *Reforma* tornará responsavel o governo da provincia pelas faltas que se derem e abusos que tiver de profligar.

Estimamos estas posições, definidas que habilitam a imprensa que se vota ao serviço das idéas e da causa publica, a caminhar segura nas suas apreciações.

Era nossa convicção, de q' o Sr. Dr. chefe de policia, pela sua fraqueza diante dos grupos conservadores, embaraçava a livre e effizaz acção da presidencia em destruir as causas do lamentavel estado a que chegou, com prejuizo dos creditos da provincia, o estado da segurança publica.

Que estavamos em erro, provam as positivas declarações do governo da provincia.

Não deve a *Reforma* deixar passar sem energica contestação o que disse a administração, ao classificar de injustas as nossas apreciações sobre o funcionalismo policial.

Quando manifestou-se a nossa injustiça?

Ainda não solicitamos da administração exonerações de autoridades, sem apresentar provas que nos habilitassem a isso; e com a unica excepção do senil delegado da Cruz-Alta, o governo attendeu-nos, ser-

vindo á causa publica e prestando homenagem á opinião.

Temos dito muitas vezes, e não cansaremos em repetir: que a *Reforma* tira a sua força do patriotismo, da pureza de vistas, da lealdade e justiça com que, interpretando as idéas e aspirações do partido que representa, discute todas as questões.

A posição que ha assumido o órgão liberal, diante da actual administração, prova o patriotismo e a lealdade que o inspira.

Se na imprensa temos insistido pela reforma do funcionalismo policial e reorganização do respectivo corpo, não fazemos mais do que proseguir nos esforços e no empenho que empregamos no parlamento provincial.

Afflige-nos essa máo estar que se faz sentir em toda a provincia, pela falta de segurança publica; e, como rio-grandenses, deploramos a nossa crescente estatística criminal que está servindo no resto do paiz e até no parlamento, como prova do atraso da nossa civilização, do progresso e moralidade desta terra, sem duvida, uma das mais illustradas do imperio.

Eis ahí, unica e exclusivamente, porque insistimos por medidas vigorosas e energicas, que possam cortar as causas do grande mal.

Não tem o menor cabimento os argumentos officiaes que foram oppostos aos nossos, em relação á referencia que fizemos á policia suissa; pois só tivemos em vista mostrar, tratando desse paiz, quanto valem boas autoridades, e quanto se deve esforçar os governos na escolha dos cidadãos encarregados da segurança publica.

Foi este o nosso proposito.

E' uma verdade que nesta provincia não tem a policia influencia politica; não devendo, portanto, os partidos olharem n'a sob esse ponto de vista.

Os liberaes, que temos a nossa força na opinião, sempre proclamamos isso; os conservadores, porém, convencidos do contrario, e pelo espirito exclusivista que sempre os dirige, fazem questão dessas nomeações policiaes, ordinariamente para mostrarem que tem do seu lado o governo e a força official.

Não esmoreceremos no trabalho que o dever nos impõe, tratando desta questão, emquanto a administração não realizar as reformas que reputamos urgentes, em relação a este ramo do serviço publico.

R' falso. — O « Constitucional » affirmou hontem que o Dr. Bittencourt separou-se dos liberaes em 1866, isto é, na mesma epocha em que protestava pela sua mortalha liberal.

E' exacto que o Dr. Bittencourt foi em 1866 despedido do partido liberal, « empurrado » pelo Sr. Silveira Martins e seus companheiros; é tambem exacto que se apresentou candidato em 1867, procurando encantar-se aos conservadores, mas foi-o com a expressa declaração — « que era liberal, e que, embora sem o auxilio do seu partido, pleiteava a eleição como tal ».

Foi somente em Julho de 1868 que S. S., atirando com a sua « mortalha », saudou o sol na-ciente, dizendo-se conservador.

Ultimamente tem S. S. tentado apregoar-se « conservador de todos os tempos », buscando, para ponto de apoio, as suas relações com o finado barão de Quarahim.

Foi em vista desta tentativa que reproduzimos as suas palavras de 1866.

Diz S. S. agora que já se separara do partido liberal em 1866; pois então foi logo em seguida ao seu discurso, o que na ainda mais saliente a sua incoherencia.

Se S. S. naquella occasião, como agora, com o partido liberal, houvesse declarado que passara a ser conservador, porque es- se credo melhor servia as suas idéas, seria caso differente.

Mas S. S. protestou solennemente contra a injuria que se fazia ao seu caracter, jurando o abando de todas as pretensões conservadoras, e apogou-se com todas as forças do partido que o repolia, baseando-se na amizade de Theophilus Otoni e de outros chefes liberaes da occidente, porque a situação ainda era liberal.

Conservador declarou-se S. S. no dia em que chegou á Porto Alegre á noticia da mudança politica e da nomeação do Sr. Dr. Barcellos para 1.º vice-presidente.

Esta é verdade historica, como a attesta toda a provincia.

Lealdade politica. — O « Constitucional » anda em maré de infellicidade.

Todas as suas intriguinhas, ainda mesmo as melhor urdidas, desmanchão-se á luz dos factos.

Hontem ainda accusava elle o Sr. Dr. Carvalho de Moraes da deslealdade politica para com o Sr. Dr. Sampaio e hontem mesmo respondia um artigo nosso da maneira mais cabal á essa accusação.

E' assim que a rectidão do adalistrador, que se guia somente pelas regras de dever, hontem destrós todos os calculos de uma tresvalrada opposição.

Por isso é facil a nossa tarefa.

A opposição limita-se a um unico órgão na imprensa; a opinião da provincia escro a administração, que victoriosamente responde com factos á todas as accusações; ninguém ignora as causas do insano furor que se apossou da folha opposicionista e que recrudesce de violencia n' razão directa da consciencia que elle aqui re, que a sua conducta não acha echo n' provincia.

Em taes circumstancias podemos ser la conicatos e ingir-nos no terreno dos factos.

A opposição do « Constitucional » é tão fraca, que só inspira — compaixão.

Um novo athleta. — No « Diário da Palotase » publicou o Sr. Dr. Eernand Luiz Osorio, filho do illustre general marquez do Herval, alguns artigos politicos inspirados nos principios da democracia pura.

O joven Dr. revella-se crente fervoroso do dogma liberal e investe com toda a impetuosidade da primeira juventude contra o poder e o partido conservador.

Está no seu tempo:

O entusiasmo é privilegio da mocidade; virão os annos e a experiencia e arrancar-lhe-hão uma por uma as suas illuções.

Mencionamos aqui os artigos do joven escriptor, não porque sejam de melhor qualidade que outros muitos escriptos doutrinaes e correctamente elaborados que por ali se publicão, mas sim porque o Sr. Dr. Osorio, portador de um nome glorioso e querido pela provincia, é sem duvida destinado a desempenhar papel proeminente no partido liberal.

A sua estréa na imprensa assignala pois o começo de sua carreira politica que deve ser rapida.

Injustiça.— Não tem razão o *Constitucional* quando diz: que a *Reforma* quer a todo o transe substituir o funcionalismo policial em proveito dos liberaes.

Isto é apenas um recurso de opposição.

A *Reforma* tem dito mil vezes que o que quer é ver os bons cidadãos, sem distincção de partidos, revestidos das funções que conferem os cargos policiaes.

E' essa a nossa unica aspiração; pois um partido que vive pela confiança do povo, não precisa de favores e protecção do governo, e muito menos da policia.

E' tambem injusto o *Constitucional* quando afirma: que o digno administrador desculpa-se com os liberaes, dizendo não satisfazer suas exigencias, pela opposição do Sr. chefe de policia.

Ha accusações que na imprensa nem se devem levantar: um dever, porém, de honra e lealdade nos obriga a declarar solemnemente: que entre os directores do orgão liberal e o digno presidente da provincia não existem relações de qualidade alguma.

Entendemo-nos com S. Ex. aqui, da imprensa, d'onde fallamos francamente, reclamando pela execução das nossas leis, e pelas medidas que julgamos precisas para a prosperidade da provincia.

Esta é a verdade; e o *Constitucional* não deve negal-a, com o fim de ferir o presidente, que continúa a merecer o nosso respeito.

Se o dever lançar o orgão liberal em outro caminho; elle se verá, sem compromissos e sem consideração alguma a guardar, diante da administração.

Constitucional 29 de agosto

O reverso da medalha.— O *Rio-Grandense* não perde ensejo de transcrever qualquer ensosso elogio que alguma outra folha, sem significação politica, dirija á administração da provincia.

Em contraposição aos prazeres do contemporaneo vamos tambem transcrever o que diz uma conceituada folha conservadora do sul da provincia, com referencia á nossa opposição ao Sr. Dr. Carvalho de Moraes.

Diz o *Jornal do Commercio de Pelotas*, em seu numero de 15 do corrente:

« A attitudé do *Constitucional* é honrosa e nobre, assim o confessamos, embora ainda não tenhamos apreciado no cadinho conciso da analyse todas as causas que o demoverão a tão arriscado, quanto perigoso passo.

« Em seus ultimos numeros, e em artigos sobre artigos, tem essa folha censurado severamente o Sr. Dr. Carvalho de Moraes, apontando-lhe os erros, as injustiças e a traição feita ao partido de que é representante.

Em seu numero de 17 diz a mesma folha:

« O *Constitucional* redobrava cada vez mais de energia e rigidez na opposição encoetada contra o Sr. Dr. Carvalho de Moraes.

« Que os fructos della, aproveitem, são nossos desejos. »

Côrte.—O seguinte tópico, de uma carta de pessoa altamente collocada na politica do paiz, e muito chegada ao governo, a quem apoia com o seu voto e o prestigio de sua palavra, mostra o grão em que é tido o Sr. Carvalho de Moraes naquella capital, e o effeito que têm produzido no seio do publico as nossas accusações á sua malfadada administração:

« A opposição aberta pelo *Constitucional* contra a presidencia dessa provincia, á parte alguma acrimonia e exaggeração na linguagem, sempre desculpavel naquelles que procurão reagir contra as injustiças de que são victimas, tem produzido aqui nos melhores circulos, e quicá no seio do mesmo ministerio, grande impressão.

« Nunca se poderia pensar que um delegado do governo actual se pudesse constituir na provincia em perseguidor dos verdadeiros conservadores; e por isso não tenho duvida em acreditar, e mesmo de alguns dos ministros já o mesmo juizo tenho ouvido, que a continuação do Dr. Carvalho de Moraes como presidente dessa provincia é impossivel.

« Todos são unanimes em concordar que esse moço tem mostrado na administração uma tão notavel fraqueza de animo, e uma tal versatilidade em suas vistas politicas e administrativas, que bem claramente revelão que não está na altura de ser collocado á testa de de uma provincia.

« Por isso estou certo que sua demora ali não passará do mez de Setembro. »

Progride a unificação.—O Sr. Dr. Carvalho de Moraes é uma locomotiva na unificação do partido conservador nesta provincia.

Todos os seus actos revelão, nos vem sempre provar que S. Ex. se acha nas melhores intenções de levar ávante a grande obra, ajudado sempre pela firma social do *Rio-Grandense*.

Para preencher a vaga deixada na promotoria da 2.ª vara crime desta capital pelo Sr. Alexandre Bernardino de Moura, S. Ex. encartou logo um amigo liberal.

Estão, pois, os dois lugares de promotores providos por membros desse partido.

Pois devêras tão escasso de pessoal está o partido conservador na provincia (mesmo entre os bachareis em direito), que S. Ex. não encontrasse um conservador apto para exercer aquelle cargo?

Amanhã provavelmente nos dirá o *Rio-Grandense* que seu amo está devêras congregando o partido, tanto quanto é possivel nas condições em que se acha a provincia, com sua representação geral, provincial e municipal pertencente ao partido liberal.

Continue, Sr. Dr. Carvalho de Moraes, na sua obra meritoria; continue, porque realmente estamos contentes de que V. Ex., assim procedendo, observe fielmente as instruções do gabinete de 7 de Março, de quem é delegado de confiança.

Um grande achado. — Como Archimedes achou a bala e o «Constitucional»: «Eureka»!

Sim, aqui o novo Diogenes opposicionista procurava há 60 dias, de lúmina em punho, julgou afinal ter achado — um novo opposicionista a administração do Sr. Dr. Carvalho da Mota.

Pois o achado, não é de grande alcance: o «Jornal do Commercio» de Pelotas não se declarou em opposição a M. Kr., apenas se pronunciou em relação à attitude do «Constitucional», prometendo apurar os factos da analyse as censuras que essa folha faz ao Sr. Dr. Carvalho da Mota.

Tanto é isto, assim, que a propósito da opposição do «Rio-Grandense» promette-se que aquella folha se mesmo artigo sobre a imprensa da capital, da maneira seguinte:

«Um passo importante, porém, foi preciso dar o partido conservador, pensando maduramente o que se estava passando nas altas regiões da politica; nem é que, convito de que o «Rio-Grandense» ou, seu proprietario e redactor, Rodolpho Berlink, conservaria a attitudinalidade revo-
lucionaria, por uma dessas resoluções da ordem que manda a honra, dignidade e uniformidade de principios e imprimir a typographia do dito «Rio-Grandense» e o fazerem órgão exclusivo do partido.»

Bem vê o publico que o ponto de vista do collega pelotense é puramente objectivo, e que elle encara as occurrencias nos circuitos politicos da capital de firma muito diversa daquella por que o faz o «Constitucional».

A posição do «Jornal» de Pelotas é de mera expectativa, e por enquanto não declarou elle as causas que o movem a confessar um certo grau de sympathia para com o procedimento do «Constitucional».

Enquanto não forem detalhadas essas causas, não podemos julgar de sua procedencia e valor.

Mas o que não se nos dá de garantir desde já, é que quando mesmo o «Jornal de Pelotas» não esteja por quaisquer razões satisfeito com a administração, jamais applicará a firma toda pessoal e injurias da opposição do «Constitucional».

Garantem-lhe os principios de educação do seu redactor e proprietario, e ainda o facto de não haver elle até hoje transcritto um só dos artigos do «Constitucional».

Aguardamos, pois, um pronunciamento mais catholico do collega pelotense, para julgar de sua posição.

Agora, quanto a dizer o «Constitucional» que o «Jornal do Commercio» de Pelotas é órgão do partido conservador, pertencente ao grupo dissidente, lhe opposimos embargos, baseados nas proprias declarações daquella folha, que diz no numero anterior ao em que via a luz o artigo que enthusiasma o «Constitucional»:

«Amaldiçoada a imprensa da capital, respecta a administração da provincia».

E habera não sejamos órgão de nenhum dos partidos militantes, nem mesmo representando este ou aquelle credo a nossa folha, não obstante, como cidadão e como ser pensante, temos nossas idéas, as quaes se manifestam e coadunam com as do partido denominado — conservador.

«Devemos, pois, esbafecer ao publico do que passa no grande mundo de politica, por haver n'isso não só interesse como obrigação».

«N'os nossos juizes seremos rectos e imparciais; — elles representarão unicamente a nossa opinião, que não poderá ser adocada de partidaria ou de injusta».

Em outro artigo, posterior ao que enthusiasma o «Constitucional», diz o Sr. Arthur Ulrich, sob a assignatura de seu nome:

«Com orgulho podemos dizer, o «Jornal» não representa senão as nossas idéas, não recebe inspirações de quem quer que seja, e isso, o declaramos solennemente, corpe, meté, de Deus, não devemos a minima obrigação a ninguém, e só o sustentamos a luz da nossa consciência, e isso fazemos, para podermos sempre conservar nossa independencia, podendo pronunciar nos segundo a nossa razão e idéas».

No mesmo artigo posterior declara o Sr. Ulrich de maneira clara e concisa que está na simples expectativa.

Essa o trecho:

«Destacado. A nossa attitude respeito a administração é explicita: quando não esboçarmos com sua marcha, far-lhe-hemos opposição, e esta tão decidida quanto nos permitirem nossas forças».

Resulta dos trechos acima:

1.º Que o «Jornal do Commercio» de Pelotas não é órgão do partido algum, representando tão sómente idéas do seu redactor e proprietario, que por isso mesmo assigna todos os seus escriptos edictoriaes.

2.º Que o «Jornal do Commercio» de Pelotas não está em opposição a administração, conservando-se na expectativa.

A que misteria se vê revidar o «Constitucional», que basta isso para fazel o existir, proclamando que a «causa ganha prolytoma»!

Até vêr não é tarde...

Fellicitação. — Lê-se no «Constitucional» de hontem:

«O Sr. desembargador Manoel de Freitas Travassos, presidente da provincia do Rio de Janeiro, tem sido objecto de fellicitação de todas as municipalidades da provincia que administra, sem distincção de cor politica, rendendo homenagem as administrações municipalis felicitantes a integridade de caracter, a probidade e aos serviços prestados á provincia pelo fellicitado».

«Deu causa a essas fellicitações um escripto anonymo, em que se procurava macular a honra, se insinuava de improbo ao distincto magistrado, escripto que indignou a população da provincia».

Fazemos esta transcripção com o mais vivo prazer, pois que se trata de um dos mais distinctos chefes conservadores, ligados á politica da provincia.

Liberalismo dos Drs. promotores da capital. — Estamos autorizados a declarar que nem o Sr. Dr. Miguel Lino de Moraes Abreu e nem o Sr. Dr. Azevedo estão aliados a qualquer dos partidos militantes na politica da provincia.

As convicções de um e outro ainda não foram externadas e sel-o-hão quando os mesmos Drs. julgarem conveniente fazel-o, com a independencia e nobre dignidade do elevado caracter desses cavalheiros que não se responsabilizam por essas profecções de fé anticipadas do «Constitucional».

OBRAS PUBLICAS.

O mais obsecado espirito partidario não ousará contestar, sem afrontar a verdade e o respeito devido á opinião, a gloria do partido liberal rio-grandense, pela fecunda iniciativa que abriu á realisação dos grandes melhoramentos que vão desenvolver os inexgotaveis e opulentos recursos d'esta terra privilegiada pelos dons da natureza.

Sabe o Rio Grande o que deve ás sessões legislativas do parlamento provincial, quando os liberaes poderam quebrar, com animo firme e uoêre resolução, os preconceitos que se achavam arraigados na politica da provincia, assumindo a patriótica attitudde que lhes assignalara a pureza das idéas e a severidade na sua applicação.

Os trabalhos legislativos de 1866 e 1867 abriram, sem contestação, uma época memoravel nos annos da prosperidade d'esta terra, que, até então, havia visto esgarçar-se todos os seus recursos financeiros, sem darem resultados que podessem legitimar o sacrificio do povo.

Até o anno de 1866, perto de 4 mil contos representavam a verbi applicada em melhoramentos materiaes, no periodo de 21 annos, incluído o decênto em que passeara pelas nossas campinas o estandarte da revolução, que paralyzara a vida industrial e o progresso da provincia.

Mas, tão enorres algarismo que representava o sacrificio dos contribuintes, não se achava justificado, por melhoramentos que podessem concorrer para a prosperidade publica e bem estar dos povos.

Na legislatura a que nos referimos, a representação liberal, dedicando-se com patriotico desvelo ao serviço da provincia, pela severa applicação dos dinheiros publicos ás obras do mais importancia e urgencia, decretou a execução das pontes do Jacuhy, do Ibirapuitan, e Piratim, que ali estão attestando, além de muitas outras obras do menor importancia, a sabedoria, o patriotismo e a dedicação dos legisladores liberaes.

Não só isto: á fecunda iniciativa, e execução de leis feitas n'essa legislatura, vão em breve dever as nossas tres principaes cidades os grandes melhoramentos que as collocarão em pé de igualdade, com as mais ricas e opulentas capitães das nossas primeiras provincias.

Tem sido essas obras, filhas de tão nobres e patrióticos esforços, a consagração das victorias alcançadas pelos liberaes diante das urnas populares.

Nada é porém comparavel a essa grandiosa idéa atirada pela patriótica deputação rio-grandense, no seio do parlamento nacional, e que estará em breve convertida em lei do Estado.

Faltamos das estradas de ferro rio-grandenses, dessas poderosas arterias da civilisação e do progresso que ali vem fazer rojar deita região opulenta as fontes d'uma riqueza verdadeiramente maravilhosa.

Quando a locomotiva percorrer o nosso vasto territorio, approximando os nossos grandes centros de actividade commercial, do norte e do sul, ao valle do magestoso Uruguay, dessa região que encerra elementos de prosperidade e riqueza inexgotaveis, e que só esperam para o seu desenvolvimento—vias de communicação—o o trabalho de populações vigorosas que a locomotiva ha de lançar nas margens do grande rio, ali que então não será mais o Rio Grande simplesmente o vasto quartel do imperio, mas a — terra potens armis, ubique ubera gleba, applicando-se-lhe o magnifico verso que Virgilio consagra á antiga Italia.

Comprehendemos, porém, os liberaes, que, depois de conseguirem o grande resultado dos nossos esforços, não devemos descaçar á sombra das glorias colhidas.

Dos troncos das vias ferreas devem partir ramos aos centros de produção e riqueza; e, aonde não for possível o trilhão de ferro, devemos abrir estradas de rodagem.

O parlamento provincial na sua futura reunião ha de consagrar toda a sua patriótica dedicação ao estudo da rede itineraria da provincia, e do seu systema geral de viação; tendo por bases as grandes vias ferreas decretadas pelo parlamento nacional.

O que precisamos, ainda mesmo no dominio d'uma situação adversa, é de administradores que secundem nossos esforços, que tenham bastante patriotismo para aucto- nos na meritoria tarefa.

As relações que os liberaes nos aucto- nham com a actual administração, du-

rante os trabalhos da assembléa provincial; a attitudde em que os temos conservado na imprensa; creatam-nos deveres rigorosos perante o parlamento e a provincia.

Se o actual administrador tem direito pela sua honestidade ao nosso respeito, nós temos direitos de exigir de S. Ex. a execução das nossas leis, especialmente daquellas que devem ter applicação no presente exercicio financeiro, a fim de ficarmos habilitados a trabalhar com efficacia em proveito da provincia, na futura sessão do parlamento provincial.

Temos sempre pugnado pela verdade dos orçamentos; e, quer na tribuna, quer na imprensa, temos declarado que as verbas consignadas na lei do actual orçamento foram ali lançadas para terem real applicação; isto é, queremos a execução das obras á que foram consignadas as respectivas verbas.

O pensamento da assembléa na decretação das obras que foram preferidas, guiou-se pela economia, pela brevidade e pelo aproveitamento dos trabalhos e despesas já feitas com os seus planos e orçamentos.

Essas obras foram as seguintes:

Para a estrada do Mundo Novo 1.ª prestação	15,700\$000
Para a estrada do Pinhal de Santa Maria da Bocca do Monte	30,000\$000
Para concerto na estrada geral no lugar denominado Alto da Esra, e picada dos Pais	1,800\$000
Auxilio para a estrada que da faldra da Serra no Triunpho vai entroncar-se na picada que segue para a Vaccaria	2,000\$000
Para a abertura da estrada, que do campo do Meio, município do Passo Fundo, vem a margem do Taquary	5,000\$000
Para concertos nas estradas da Serrinha e Passa Sete na estrada de Soledade e Rio Fardo	10,600\$000
Idem da estrada que da picada dos Dois Irmãos vai a Novo Hamburgo	3,000\$000
Para as pontes do Capão do Leão e passo das Pedras	40,000\$000
Para desapropriação da ponte dos Cochrelos	5,000\$000
Para a ponte do Rio Pardi- nho	10,000\$000
Idem para o arrollo Divisa do município do Alegrete	4,000\$000
Idem do Arroio Grande (1.ª prestação)	30,000\$000
Idem do Taquary Mirim	18,000\$000
Idem sobre o arrollo Velhaco em S. João Baptista de Camaguan	10,000\$000
Idem da Santa Barbara na Cachoeira	6,000\$000
Concertos da ponte do Passo Grande na Aldeia dos Anjos	2,000\$000
Para conclusão da ponte do Arrollo dos Ratos	25,000\$000
Para conclusão das obras da casa da câmara da capital	28,400\$000
Para concertos da rua da Floresta, ou dos Moinhos de Vento na capital	5,000\$000

(Nas disposições transitorias.)
A vender ou arrendar ao governo geral o edificio do theatro.

A mandar fazer os estudos e orçamento d'uma estrada de rodagem que a partir do rincão do Padilha, município da Cruz Alta, se dirija á ponte do Botucaráhy, passando pela colonia de Santo Angelo, município da Cachoeira.

E, além das disposições acima, está no orçamento a authorisação á presidencia para o pagamento dos juros pelo empréstimo que contrahiu para as obras da Saragó- nha e Sangradouro.

Acreditamos que a administração ha de procurar nobremente, inspirando-se no seu patriotismo, servir a provincia, dedicando todo o seu empenho e solicitude no sentido da execução de tantas obras reclamadas pelas necessidades publicas.

O que, porém, tem feito n'esse sentido?

Qual é o pensamento da administração acerca da execução d'essas obras?

Porque não estão annunciados os concursos das que devem ser construídas pelo systema de arrematação?

Deve comprehender o digno administrador que, ao formularmos estas perguntas, só temos em vista procurar auxilio e em sua pezáda tarefa, dando ao mesmo tempo conta do nosso procedimento á provincia.

Além disto, o tempo passa veloz; e, se a administração não desenvolver toda a sua actividade, as obras decretadas ficarão apenas lançadas na lei do orçamento.

Este mal é que queremos evitar em quanto é tempo.

Deve o Sr. Dr. Carvalho do Moraes reflectir que, só atirando-se aos nobres commet-

timentos a que o incitamos, encontrará S. Ex. na justiça de leas adversarios, e na gratidão de um nobre povo, uma gloriosa compensação á guerra injuriosa que lhe movem seus correligionarios politicos.

Não tem resposta.—O que, hontem, lemos na imprensa, assignado por Antero Borges, e em defeza d'este Sr., não tem resposta.

A Reforma tem mais em que cuidar. Era Antero Borges uma ridicula e pessima autoridade; foi demittido; por tanto nada mais temos com o individuo; sendo certo que os informantes da Reforma, entre elles o Sr. Dr. Antero d'Ávila, fallaram tanto a verdade que o digno administrador da provincia livrou S. José do Patrocinio da subdelegação do Sr. Borges.

No mais, que vão dormir os defensores e o defendido.

Porto Alegre, 31 de Agosto de 1873.

REVISTA PARA A-CORRER.

Tendo tido lugar a partida do ultimo paquete em dia em que não sahirão á luz os jornaes desta capital, não publicamos a revista da penultima quinzena, de sorte que a presente revista vai abranger o longo espaço de um mez.

A oposição à administração, movida por despeito pessoal, pelo órgão do Sr. Dr. Bittencourt, continua na senda de desvarios já encetada, sem acharcho na provincia.

Uma só folha das outras 20 que se publicão no Rio Grande do Sul não acompanha o «Constitucional» em sua systematica opposição á esclavérica administração do Sr. Dr. Carvalho de Moraes, opposição injusta a todos os requisitos e pouco sympathica a todos os homens siendos e imparciais, pela linguagem virulenta de que se serve o orão do Dr. Bittencourt.

A imprensa governista, sem fazer cabedal de injúrias e ataques pessoais, se tem limitado a contrariar no terreno dos factos as poucas acusações que nelle hão sido articuladas, publicando sempre os documentos comprobatorios de suas allegações.

Os liberais conservam a posição que desde a reunião da assembleia provincial assumiram e não hostilizam a administração que tem feito timbre em marchar com prudente moderação, guiando-se pelos princípios da justiça e honestidade administrativa.

— No seio do partido liberal operão-se alguns movimentos que tem chamado a attenção da imprensa conservadora.

Em Jaguarão depõe o bastião de chefe liberal o Sr. Dr. Henrique d'Avila e o seu orgão na imprensa cessa a sua publicação.

Em compensação, porém, apresentou-se agora na arena política o jovem Dr. Fernando Osorio, filho do Sr. Marquez do Ifferal, o qual se revelou democrata puro em alguns artigos politicos, insertos no Diario de Pelotas.

— O estado de segurança publica não é satisfactorio na provincia.

A exigência da força policial, que não pôde ser aumentada pela assembleia, porque ainda assim absorve a 6.ª parte das rendas da provincia, é uma das principais causas.

O administrador esforça-se por reestabelecer o mal, chamando a serviço policiais ociosos, já mesmo organizando a polícia de fazendas, criada pela última lei respectiva, e, secundado em seus esforços pelo coronel Sr. Dr. Sampaio, chefe da polícia, trata de preencher as vagas existentes no funcionalismo policial.

Esta tarefa não é fácil, porque depende de informações dignas das respectivas localidades, ao passo que por outro lado muitos cidadãos se negam ao onus inerente à tais cargos que só dão desgostos e trabalhos, sem compensação alguma.

Conservamos entretanto a esperança de termos em breve melhorar o estado da segurança pública, graças aos esforços entusiastas dos Srs. presidente da província e Dr. chefe de polícia.

— A questão religiosa, que agita o resto do império, ainda não fez crupulo ao rio da sociedade rio-grandense, não houve acto algum do Sr. bispo que traduzisse para a nossa provincia as contendas religiosas que agitam o norte do país.

— H' notarel o progresso intelectual
e mui h'or samente distingue a pro-
pria.

Em todas as cidades della formão-se associações litterarias, gabinetes de leitura,

Na capital desempenha honroso papel a cidade Parthenon Literário, já pela publicação de uma excelente revista mensal, já pela instituição de aulas nocturnas para adultos e pela inscrição de vários literários, dos quais partilha o bello

Joventes e vigorosas inteligências, espirito realmente culto, dispostas nas exatíssimas linhas da mais cega e importante das philosophias, historicas, economicas, poeticas, e uma bibliotheca que diariamente ganha de importancia fornece aos alunos o material necessario para augmentar os seus conhecimentos.

Outra associação — Ensaio Literários —
também a mesma sede do Parthenon e pro-
põe por sua vez prestar importantes ser-
viços.

A imprensa da provincia, representada mais de vinte orgaos, conta mais titulos que as de outras muitas provincias, e a publicação de livros, principalmente de versos e bellas lettras, ha muito deixou de ser uma raridade.

o progresso intelectual que exhibe a pro-
priedade na phase que actualmente atra-

- A par d-essa progressao podemos no-
com satisfacao o da ordem material.

A presidência tem mandado contratar a execução de muitas obras importantes, tratadas pelo competente poder

Além disso, durante a última quinzena, foram estudadas propostas para a construção de uma nova obra do caso do Rio Grande, situada em 800 contos de réis e decretada pela assembléa transante, e actualmen-

anuncie o recebimento de propostas para a construção de uma ponte no Arco dos Retos e para a conclusão do mesmo edifício das repartições públicas. Outras obras já decretadas vão ser postas em arrematação, preparando as plan-

Hemecaphila — Ponos abes-
quados com um exemplar do «Anillo Ho-
mor-athico», contendo as indicações na-
cionais para o emprego das primeiras
remédios homoeopáthicos, publicado por
João Moraes de Souza Soares.
Em um bello volume de 200 paginas mais
ou menos, que contém não só todas as in-
dicações e conselhos necessários para a
aplicação da medicina homoeopáthica,
mas também outras muitas indicações me-
dicinas de grande utilidade.
So rapidamente fochamos esse livro,
mas elle nos pareceo realmente importante
e por isso o recomendamos a todos os

tem a cônjuge e quatro filhos, sendo
dois em idade de trabalhar, para ver
se não se pode fazer alguma coisa de
trabalho, para ajudar a sustentar a
família, por seu marido, — Juiz, re-
quer a Sr. desembargador Bandeira Dantas
e o Sr. Dr. Norberto e a Sr. D. Andrada
Pinto.

A companhia de mármore da Encarnação mandou o presidente da província pagar a garantia de juros decretada pela actual assembléa, e tendo entrado em nova phase a direcção dos trabalhos, promete ser vantajoso o resultado dessa exploração.

— O projecto de estradas de ferro para a provincia, que passou na camara tempo haia, graças aos esforços do governo imperial, promette por sua vez dar extraordinaria animação á nossa produção e ao nosso commercio, e todos fazem votos para que incoloque através do senado.

Durante o último ano foram introduzidos na província mais de 2.000 colonos e os nossos núcleos coloniais progrediram rápida e brilhantemente, tendo a província colhido resultados da colonização, que nenhuma outra pôde apresentar.

O Sr. presidente da provincia é sobremodo solícito em relação a este ramo de serviço, público que é de incalculável importância para o nosso futuro.

O fumo da provincia cultivado de preferencia na região colonial do Jacuhy e dos seus affluentes tem achado bom mercado tanto na Europa quanto na Ásia e no Rio da Prata, e hoje tenta-se um novo ramo de exportação, qual é o de carnes conservadas para Portugal.

F. iniciador desta empresa o incansável industrialista Dr. Liberdade.

Trabalho na provincia lanhamos as
chunas a vapor e a extracção de madeiras
de lei vai se tornando um importante ramo
de industria.

A par do progresso da indústria extrativa e produtiva, faz progressos o comércio, que pelo espírito de associação e o desenvolvimento do crédito trata de contrabalançar o grande mal que lhe causa o contrabando feito pelas nossas fronteiras.

Em toda a parte vamos formar-se associações comerciais, fundar-se bancos e estabelecer-se sociedades anônimas, destinadas a dar um maior desenvolvimento ao commercio e à industria.

E' pois auspicioso o estado da provincia, que marcha evidentemente no senda do progresso. A attida e exorta administra-
ção do Sr. Dr. Carvalho de Moraes não
deixa de deitar os seus olhos de interesse ma-
terial, e sem deter-se ás difficuldades que
se tenta suscitar uma pequena opposição
ajusta e anti-patriotica, trata S. Ex. de
romover por todos os meios ao seu al-
cance o adiantamento da provincia que
o adiantamento foi confiada á sua ca-
rreira direcção.

Valia-nos o progresso intellectual e material da provincia, como compensação dos desgostos que causa essa estéril luta e personalidades na imprensa diária.

— A proximã instalação da relação das districto na capital é um novo serviço de grande importancia que devemos á situação conservadora e tem sido muito apudado pelos habitantes da municipalidade.

— Instalarão-se em toda a provincia as
estates de classificação de escravos, inci-
pando os seus importantes trabalhos.

— Em Pelotas aparecerão algumas cedulas salais de 500\$00, 500\$00 e 500\$00 ra., em lotes.

A policia procede ás necessarias averi-
gações.

1895

ORGÃO CONSERVADOR

mandando ainda há pouco tempo confeccionar esse vestuário pelas escolas supramencionadas.

